

# SEU DINHEIRO

# O GOVERNO SEM UMA ESTRATÉGIA

Celso Ming

**S**e é verdade que a economia vive de sinais de Brasília, fica claro que o governo não dispõe de estratégia confiável para a travessia dos próximos quatro ou cinco meses. Ao contrário, falta muita coisa para assegurar alguma tranquilidade.

A única mensagem firme que provém do governo é a de que a temporada dos choques heterodoxos está definitivamente encerrada. Ainda assim, nunca se sabe se, de uma hora para outra, fica o dito pelo não dito e se um novo pacote, com congelamento de preços e tudo a que dá direito, acabar aterrissando na vida de todos.

Embora torça por um recuo, o governo não pode negar que a inflação caminha para os 30% ao mês e daí para mais além. Para enfrentá-la, dispõe de apenas um projeto de Reforma Tributária, cruza os dedos para que as promessas de um acordo com o Fundo Monetário Internacional afinal se concretizem e cultiva a intenção de reindexar parcialmente a economia. Mas isso é pouco e muito frágil.

## Sangria

A proposta de Reforma Tributária não passa de um aumento de impostos descarregado sobre as empresas que já vem capengando pelas estradas da vida, enfraquecidas pela sangria em seu caixa e em seu capital de giro. Se der certo, ou seja, se for aprovada pelo Congresso e cumprida pelas empresas, essa reforma trará mais recessão e provocará mais cortes de despesas em todo o setor privado. Se não der certo, ajudará a escancarar as portas para a hiperinflação porque manterá ou até alargará os rombos atuais. Aliás, tudo se passa como se essa reforma se destinasse apenas a empurrar o Fundo Monetário International à assinatura de um novo



A arte de Jorge Arbach

acordo com o Brasil e não propriamente a possibilitar um ajuste duradouro das contas públicas. De mais a mais, sobram dúvidas de que o governo brasileiro esteja em condições de cumprir um acordo com o Fundo num período em que a inflação devasta a economia à proporção de 30% ao mês e não dá sinais de recuo. É preciso lembrar que uma carta de intenções, que selo um acordo com o Fundo, obrigará o governo a um rígido cronograma de derrubada da inflação, definido com metas bastante precisas. Com que argumentos técnicos a atual equipe irá convencer o Fundo de que conduzirá a economia a uma

inflação de apenas 2% ao mês até dezembro do ano que vem? E, se puder convence-lo, com que meios contará para cumprir suas metas?

## Morfina e sarna

A outra carta que o governo pode tirar de suas mangas é a reindexação da economia. A indexação, ou seja, a correção automática de valores com base na inflação passada, é a dose de morfina aplicada ao doente para que este suporte melhor suas desventuras. Mas não acaba nem com a dor nem com a doença. Se, de um lado, pode evitar saltos de vara por parte dos preços,

porque praticamente prefixa o piso para os reajustes do mês seguinte, de outro, condene a economia à perpetuação da inflação, a níveis elevados e sempre ascendentes.

Além disso, não há quem possa garantir que a reindexação vá limitar-se à remuneração dos títulos públicos e ao pagamento dos impostos. Uma vez aceito o princípio, será inevitável transpô-lo para a cedrema de poupança, para o Sistema Financeiro da Habitação, para os aluguéis, para os salários, para a aposentadoria e para os demais contratos. E esse enredamento condeneia o setor público a novas despesas, especialmente na área de sua

hemorrágica folha de pagamentos. Isso tem um nome: maior déficit público e, portanto, maior sarna para o governo coçar nas relações com o Fundo Monetário Internacional.

Em 1989, o então ministro Maillson da Nóbrega promoveu a reindexação e a economia suportou uma inflação de até 83% ao mês. Mas, nessa ocasião, a reindexação funcionou como um par de câmaras infláveis amarradas aos costados do barco para que fosse possível completar o mandato do presidente Sarney e chegar, com um mínimo de tranquilidade política, à outra margem, onde haveria a posse do novo governo e novas esperanças a

cultivar. Mas, desta vez, a reindexação não seria transição para nada.

## Febre alta

O governo nutre, é verdade, uma vaga esperança de que o Congresso acabe aprovando o *Emendão*, a chave capaz de abrir as portas para reformas mais profundas, de que os credores externos afinal assinem um acordo favorável no início de 1992; e de que, um dia desses, haja condições favoráveis à costura de um entendimento nacional capaz de selar o contra-ataque à crise. Mas se isso acontecer — e há fortes dúvidas de que venha a acontecer —, o recuo da inflação somente poderá ocorrer a longo prazo.

Desse modo, a questão volta a ser a mesma de que maneira será possível a convivência com uma febre da ordem de 40 ou 50% ao mês ou até mesmo acima disso?

Para essa questão o governo não tem resposta satisfatória. E na falta dessa resposta, sobrevive no dia a dia com pequenas esperanças. Na semana passada, por exemplo, diante de um mar de incertezas, o ministro Marcílio Marques Moreira apostava numa esplêndida safra agrícola que, por sinal, ainda começa a ser semeada, e com a incerta boa vontade dos credores externos.

Se, ao menos, o governo empunhasse todas as suas forças para a obtenção do entendimento nacional, ainda seria possível esperar algum resultado disso. Mas, infelizmente, o que se vê na área política são movimentos contraditórios, como as descargas de chumbo grosso sobre os empresários e o solapamento da iniciativa dos políticos em direção ao Parlamentarismo, como se viu na semana passada. Fica difícil imaginar como atitudes desse tipo por parte do governo possam favorecer a união nacional em vez de um programa mínimo dando a acabar com a crise.